

Pedagogia da sustentabilidade: algumas reflexões sobre a questão ambiental

Iara Maria Mora¹

Resumo

O presente texto é um convite à reflexão sobre a Pedagogia da Sustentabilidade, Ética e Solidariedade. Trata-se de apontamentos sobre a inserção do ser humano no planeta Terra, não como um ente que se agrega a ele, mas sim, como um ser completo, parte indissociável dele. Essa abordagem holística e integral do ser é fundamental na formação dos cidadãos, para que esses se entendam e se enxerguem como co-responsáveis pela integridade da mãe Terra. Serão discutidos temas como o respeito, não só perante os outros, mas também consigo próprio; as questões ambientais (o problema do lixo, por exemplo) que perpassam a formação integral do ser humano e as atitudes que podemos ter para a manutenção e conservação de um planeta de qualidade para nós e para as gerações futuras.

Palavras-chave

Pedagogia da Sustentabilidade. Ecologia. Lixo.

1. Mestre em Ensino de Ciências. E-mail: iaramora@yahoo.com.br

Sustainability pedagogy: some reflections about environmental issues

Iara Maria Mora *

Abstract

This text invites the reader to make a reflection on Sustainability Pedagogy, Ethics and Solidarity. It is about memories on the insertion of human beings on Earth, not as a creature that is aggregated to the planet, but as a whole being, that is its inseparable part. This holistic and full approach of the human being is essential for the citizens' development, so they are able to understand and see themselves as co-responsible for the integrity of the Earth, our mother. Among the themes to be discussed is the respect for the others and for oneself; the environmental issues (garbage, among others) that pass by the full human beings' development, and the attitudes that we can make for maintenance and conservation of a planet with quality for us and for the generations yet to come.

Keywords

Sustainability Pedagogy. Ecology. Garbage.

* Master in Science Education. E-mail: iaramora@yahoo.com.br.

Introdução

Neste século XXI, a sociedade insere-se no paradigma da pós-modernidade, segundo o qual há uma indissociabilidade entre fatores considerados causas e fatores considerados efeitos das relações sociais. Não é mais possível separar nitidamente o que é fato e o que é consequência de determinadas ações. Além disso, a ciência passa por uma fase frutífera na produção do conhecimento, pautada, principalmente, nas relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Dessa forma, algumas questões tornam-se prementes, como, por exemplo, a questão da conservação ambiental, do respeito pelo planeta, da sustentabilidade, da ecologia, da ética, da solidariedade, dentre tantas outras. Será que o homem avança no conhecimento científico, nas tecnologias e se lembra que é parte integrante e fundamental do planeta? Que esse planeta é fonte esgotável de recursos e que, portanto, sua preservação é indispensável para a manutenção da própria vida?

Diante desse contexto, é fundamental que a educação abarque tais questões e trabalhe a formação dos cidadãos, pautada nos princípios da Ecopedagogia. A Ecopedagogia é a pedagogia da terra que pode ser entendida tanto como movimento pedagógico quanto como abordagem curricular.

Trata-se da pedagogia orientada para a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana, tendo como objetivo a promoção das sociedades sustentáveis.

A Ecopedagogia trabalha com a fundamentação teórica dessa “cidadania planetária”, cuja idéia é dar sentido para a ação dos homens enquanto seres vivos que compartilham com as demais vidas a experiência do planeta Terra, ou seja, constitui-se um verdadeiro movimento político e educativo, cujo projeto é mudar as atuais relações humanas, sociais e ambientais. A promoção das sociedades sustentáveis e a preservação do meio ambiente dependem, de acordo com a Ecopedagogia, de uma consciên-

cia ecológica, e a formação dessa consciência depende da educação.

Ecopedagogia e o currículo

A ecopedagogia como abordagem curricular implica em uma reorientação dos currículos escolares para que estes incorporem certos princípios defendidos pelo movimento pedagógico. Os conteúdos curriculares devem fazer sentido para o(a) aluno(a) que, por sua vez, deve entendê-los como fundamentais para a saúde do planeta. Nesse sentido, a Ecopedagogia também serve para influenciar a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino.

A Ecopedagogia é entendida como uma pedagogia de educação multicultural, uma vez que ela não se dirige apenas aos(as) educadores(as), mas aos habitantes do planeta Terra. Assim, pode-se afirmar que a Ecopedagogia está ligada a um projeto de desenvolvimento sustentável por meio do qual se pretende mudar as relações humanas, sociais e ambientais que existem hoje. É uma nova pedagogia que associa os direitos humanos aos direitos da terra.

Vale lembrar que a concepção de Ecopedagogia foi criada pela primeira vez por Francisco Gutiérrez, em 1992, na ECO-92. Naquela ocasião, foi aprovada a Declaração do Rio, também chamada de Carta da Terra, que se constituiu em uma declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e do desenvolvimento.

Segundo Gadotti & Gutiérrez (1999), os valores que devem sustentar a Ecopedagogia são: sacralidade, diversidade e interdependência com a vida; preocupação comum da humanidade de viver com todos os seres do planeta; respeito aos direitos humanos; desenvolvimento sustentável; justiça, equidade e comunidade; prevenção dos danos causados. Nesse sentido, todo homem e toda mulher deveriam ser educadores, pois todos deveriam ser protagonistas no trabalho de cuidar do planeta Terra.

Um fator importantíssimo para a discussão

da Ecopedagogia é o entendimento do termo sustentabilidade. Francisco Gutiérrez e Daniel Prieto ponderam ser impossível a construção de um desenvolvimento sustentável sem uma educação para o desenvolvimento sustentável. Esse desenvolvimento sustentável requer quatro condições básicas para fazer sentido e para ser incorporado ao cotidiano das pessoas: a) ser economicamente factível; b) ser economicamente apropriado; c) ser socialmente justo; e d) ser culturalmente eqüitativo, respeitoso e sem discriminação de gênero.

Diante dessas condições, fica evidente que é impossível haver desenvolvimento sustentável sem a formação de uma sociedade sustentável, cujas características são:

1. Promoção da vida para desenvolver o sentido da existência. Deve-se partir de uma cosmovisão que vê a terra como único organismo vivo.
2. Equilíbrio dinâmico para desenvolver a sensibilidade social. Francisco Gutiérrez entende a necessidade do desenvolvimento em preservar os ecossistemas.
3. Congruência harmônica que desenvolve a ternura e o estranhamento, ou seja, significa sentir-se como mais um ser - embora privilegiado - do planeta, convivendo com outros seres animados e inanimados.
4. Ética integral entendida como conjunto de valores - consciência ecológica - que dá sentido ao equilíbrio dinâmico e à congruência harmônica e capacidade de auto-realização.
5. Racionalidade intuitiva que desenvolva a capacidade de atuar como um ser humano integral. A racionalidade técnica que fundamenta o desenvolvimento desequilibrado e irracional da economia clássica precisa ser substituída por uma racionalidade emancipadora, intuitiva, que conhece

os limites da lógica e não ignora a afetividade, a vida, a subjetividade. O paradigma da racionalidade técnica, concebendo o mundo como um universo ordenado e perfeito, admitindo que é preciso apenas conhecê-lo e não transformá-lo, acaba por naturalizar também as desigualdades sociais.

6. Consciência planetária que desenvolve a solidariedade planetária. Reconhecemos que somos parte da Terra e que podemos viver com ela em harmonia - participando do seu devir-, ou podemos perecer com a sua destruição.

No âmbito da educação, em especial aquela considerada formal, o termo ecologia vem sendo trabalhado no sentido de estudar as relações entre os seres vivos e o meio ambiente. O termo ecologia foi criado como um ramo da biologia, em 1866, pelo biólogo Ernest Haeckel. São quatro as grandes vertentes da ecologia:

1. A ecologia ambiental - que se preocupa com o meio ambiente.
2. A ecologia social - que insere o ser humano e a sociedade dentro da natureza e propugna por um desenvolvimento sustentável.
3. A ecologia mental - que estuda o tipo de mentalidade que vigora hoje e que remonta a vida psíquica humana consciente e inconsciente, pessoal e arquetípica.
4. A ecologia integral - que parte de uma nova visão da terra surgida desde os anos 60 do século XX, quando pôde ser vista de fora.

Diante dessas vertentes, podemos dizer que a primeira delas é a mais discutida e trabalhada em nosso sistema educacional. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o tema Meio Ambiente é considerado como transver-

sal. Deve, pois, perpassar todo o currículo, sendo a sua abordagem de competência de todas as disciplinas. Entretanto, sabemos que tal tema acaba ficando sob a incumbência das disciplinas de Ciências e Biologia e, dessa forma, acabamos por perder a oportunidade de entendê-lo em sua dimensão holística e não pontual como é trabalhado.

A título de exemplo: o caso do lixo

Nesse contexto são eleitos alguns temas mais específicos, segundo os quais podem ser trabalhados os conceitos inerentes à ecologia e, dependendo de sua forma de abordagem, é possível compreender as quatro grandes vertentes da ecologia. Um desses temas recorrentes sobre ecologia é o lixo, grave problema no atual momento histórico e social.

O fato de vivermos em uma sociedade globalizada, em que temos acesso a diversos e diferentes bens de consumo, tem como uma de suas conseqüências a produção excessiva de resíduos. Além disso, a celeridade cronológica da vida atual exige a produção cada vez maior em um tempo cada vez menor, também é outro fator que contribui para o acúmulo de resíduos. Quase não temos tempo para nada, razão pela qual recorremos a produtos já pré-preparados que vêm em embalagens que serão descartadas imediatamente. Esse cenário de incompatibilidade entre a nossa disponibilidade de tempo e a facilidade de acesso a bens já prontos é perfeito e decisivo para que sejamos grandes produtores de resíduos.

Se observarmos nossas residências, veremos o quanto contribuimos para a geração desses resíduos sólidos domiciliares. Há um excesso de embalagens plásticas, aluminizadas, isopores, além do problemático “lixo molhado” (restos de comida, cascas de frutas e verduras). Este último é, atualmente, a nossa maior preocupação, pois acreditamos que, ao descartá-lo adequadamente para fora de nossas casas, seu problema está resolvido. Vivemos um momento

de saturação dos lixões (ambientes não adequados para o armazenamento do lixo) e de pouco investimento na construção de aterros sanitários adequados para a preservação ambiental. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE em 2000, 64% dos municípios brasileiros depositam seus resíduos em lixões. Apenas 14% possuem aterros sanitários e 18% possuem aterros controlados (aterros sem o uso de recursos de engenharia para evitar a contaminação; há uma cobertura dos resíduos com terra e controle de entrada e saída de pessoas da área, o que evita a presença de catadores e a proliferação de animais transmissores de doença). Entretanto, vale ressaltar, essa não é uma forma adequada de tratamento para o lixo.

É importante levantarmos essa questão do “lixo molhado”, uma vez que para os demais tipos de resíduos já há políticas e iniciativas que têm sido realizadas com base na implementação dos 3 Rs (reduzir, reciclar e reutilizar). Nesse sentido, há até organização de cooperativas que, se não resolvem totalmente o problema das embalagens, ao menos minimizam bem seus efeitos no meio ambiente.

Quanto ao “lixo molhado”, a maior parte de nossa produção diária, ainda não temos iniciativas em grande escala capazes de minimizarem os danos ambientais. Claro que há trabalhos de compostagem sendo realizados, mas ainda são em número pequeno. Conseqüentemente, temos problemas com sua armazenagem que, se não for feita de forma adequada, colocamos em risco, além da saúde da população, de forma direta, com a proliferação excessiva de insetos e roedores, também potencializamos a contaminação do lençol freático, o que, certamente, será um caos para a saúde da população.

A geração do lixo cresce no mesmo ritmo em que aumenta o consumo. Quanto mais mercadorias adquirimos, mais recursos naturais consumimos e mais lixo geramos. Os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, deve se preocupar para não se igualar ao nível de

consumo característico dos países considerados desenvolvidos, pois, se isso acontecer, chegaremos rapidamente a um colapso ecológico, com o esgotamento dos recursos e altíssimos níveis de contaminação provocada pelo lixo.

Essa situação tem sido amplamente discutida e uma saída apontada é a que sustenta que: para que os países pobres do mundo possam aumentar seu consumo de maneira sustentável, os países desenvolvidos devem diminuir o seu. O desafio se impõe a todos, pobres e ricos, ou seja, consumir de forma sustentável implica poupar os recursos naturais, conter o desperdício, reutilizar e reciclar a maior quantidade possível de resíduos, pois só assim diminuiremos a geração de lixo e prolongaremos o tempo de vida dos recursos naturais do planeta.

Considerações finais

O fato de pertencermos a uma sociedade capitalista nos instiga ao consumo, mas não podemos nos esquecer que o planeta Terra não

é fonte inesgotável de recursos e muito menos um infinito depósito de resíduos. É preciso que tenhamos clareza que a natureza tem limites e que, se continuarmos explorando-a nessa proporção descabida, em breve estaremos desalojados de nosso habitat.

Assim, é fundamental que trabalhemos a formação de cidadãos, pautados nos princípios da Ecopedagogia e que nos reconheçamos como parte indispensável nesse sistema harmônico que é o planeta Terra.

Diante do exposto, fica evidente que cabe a nós, educadores e educadoras, o trabalho intensivo de conscientização sobre a importância da Pedagogia da Sustentabilidade, da Ética e da Solidariedade, lembrando que não somos os únicos seres vivos presentes no planeta Terra.

Referências

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org). **Educação comunitária e educação popular**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.